



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2011.0000182715**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0010835-31.2007.8.26.0510, da Comarca de Rio Claro, em que é apelante MASSA TRANSPORTES LTDA ME sendo apelado ELIZABETE CARVALHO SANTANA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PALMA BISSON (Presidente) e DYRCEU CINTRA.

São Paulo, 15 de setembro de 2011.

**Arantes Theodoro**

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

<b>APELAÇÃO CÍVEL</b>	0010835-31.2007.8.26.0510
<b>APELANTE</b>	Massa Transportes Ltda. ME
<b>APELADA</b>	Elizabete Carvalho dos Santos
<b>COMARCA</b>	Rio Claro – 4ª Vara Cível

## VOTO Nº 18.156

**EMENTA – Acidente de trânsito. Legitimidade das partes reconhecida. Culpa do condutor que impunha ao réu, empregador e proprietário do veículo, a obrigação de indenizar o dano moral. Valor indenizatório reduzido, porém, com afastamento dos juros compostos. Apelação parcialmente provida.**

Sentença cujo relatório se adota julgou procedente ação indenizatória por dano moral aforada por irmã de vítima fatal de atropelamento por veículo automotor.

A ré apela e pede seja anulada a sentença, reconhecida a carência de ação ou invertido o desfecho de mérito.

Para tanto, após afirmar que o sentenciante não podia se manifestar sobre o direito de outros parentes da vítima à indenização, ela afirma que lhe faltava legitimidade para responder à demanda ante a ausência de culpa do seu funcionário pelo acidente.

Ao lado disso, ela salienta que tampouco a apelada detinha legitimidade para reclamar a indenização, seja por inexistir prova de que dependia financeiramente da vítima, seja porque aquela verba havia de postulada pela mãe do atropelado.

Por fim, a recorrente sustenta ter ficado



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

revelado que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, ou pelo menos concorrente, já que ela era portadora de esquizofrenia e se atirou na frente do veículo, o que impunha negar a indenização ou reduzir o seu valor, contando-se a correção monetária e os juros de mora apenas a partir do trânsito em julgado.

Recurso regularmente processado e respondido.

## **É o relatório.**

I Não há razão para se invalidar a sentença, eis que nela o Juiz verdadeiramente não decidiu sobre direito de terceiros.

Na contestação o réu alegou que os vários parentes da vítima poderiam ingressar com ação indenizatória, motivo pelo qual “*cabe ao Poder Judiciário determinar quem possui direito à indenização*”, mas que “*no caso em pauta, a autora é parte ilegítima*” (fls. 133).

À vista dessa assertiva, então, é que o Juiz registrou que a legitimidade da autora para postular a indenização não era afetada pela possibilidade de outros parentes virem a ajuizar ação autônoma para pedir igual verba.

Não tem sentido, pois, a alegação de que o Juiz decidiu sobre direito de terceiro, eis que ele apenas repeliu o argumento do contestante.

II Caso não era mesmo de se proclamar a falta de legitimidade da autora para postular indenização por dano moral pela morte do irmão.

De fato, quanto ao tema a sentença decidiu na linha do entendimento da própria Corte incumbida de ditar a inteligência da lei federal, da qual é exemplo acórdão



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

assim ementado:

*“Os irmãos têm direito à reparação do dano moral sofrido com a morte de outro irmão, haja vista que o falecimento da vítima provoca dores, sofrimentos e traumas aos familiares próximos, sendo irrelevante qualquer relação de dependência econômica entre eles (AgRg nos EDCL no Ag 678435/RJ, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2006, DJ 11/09/2006, p. 289).” (AgRg no AG nº 1.255.755-RJ, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 10/5/2011).*

Tampouco se havia de negar a legitimidade da ora apelante para responder à propositura.

Afinal, ela era a proprietária do veículo que atropelara o pedestre e empregadora do respectivo motorista, sendo, por isso, responsável solidária pela reparação dos danos (artigos 927, § único, e 932 do Código Civil).

Lembre-se que, segundo entendimento jurisprudencial, em casos tais *“o autor da ação civil só precisa provar a co-responsabilidade, que, na espécie, tratando-se de empregador, é efeito reflexo da culpa do empregado”* (STJ, REsp. nº 222.603-PE, rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito).

III Quanto ao mais, certo é que a sentença ofereceu incensurável desfecho à demanda.

A questão da culpa e da dinâmica do acidente foi assim resumida pelo sentenciante:

*“O cadáver da vítima foi encontrado no acostamento e a perícia concluiu que o caminhão derivou à direita e atropelou a vítima (fls.67). Isso permite concluir que, ao contrário do sustentado pelo co-réu José, a vítima não foi a culpada pelo sinistro, uma vez que estava no acostamento e lá foi colhida. Reforça a tese de culpa do motorista o fato de ter ele se evadido do local, apesar de ter admitido que atropelou uma pessoa (fls.44). Trafegar pelo acostamento*



# PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

36ª Câmara de Direito Privado

*injustificadamente, como fez o co-réu José, atropelando pedestre que por ali estava, configura ato ilícito culposo e faz nascer o direito à indenização pretendido na inicial.”*

Essa era realmente a conclusão que se impunha.

Assim, o fato objetivo é que a perícia constatou que o caminhão “*derivou à direita de seu sentido de tráfego*” e colheu o pedestre em ponto que correspondia “*ao acostamento da pista*” (fls. 67), ponto de impacto que foi nesses termos apontado no desenho que acompanhou o laudo (fls. 75).

A fuga do motorista, ademais, atuava como forte indício de reconhecimento da culpa.

Note-se que a circunstância de no feito criminal o julgador não ter formado convicção sobre a culpa do motorista não impedia o Juiz do cível de concluir em sentido diverso.

Registre-se, também, que nem mínima base havia para se dizer que a vítima concorreu para o acidente, nem para se dizer caracterizada a culpa concorrente, não bastando a tanto o só fato de se cuidar esquizofrênico.

Ora, era inegável que a perda do irmão gerava para a autora direito à indenização pelo dano moral.

E como enfatizou o Juiz, “*Trata-se de dano moral puro, ínsito, cujo reconhecimento e conseqüente reparação independem de prova do prejuízo. A simples alegação do fato, com a prova de sua existência e do nexo de causalidade com o comportamento imputado ao agressor, basta para acolhimento do pedido. A propósito, já decidiu o STJ que “não há falar em prova do dano moral, mas, sim, do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam...”*”.

**IV** O apelante tem razão, porém, no tocante ao



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### 36ª Câmara de Direito Privado

valor da indenização.

De fato se mostra excessivo o valor a tal título arbitrado, que corresponde a mais de 117 salários-mínimos, especialmente ante a circunstância de que a autora era parente colateral de 2º grau e a vítima deixara mãe viva.

Assim, reputa-se agora razoável reduzir em metade o valor indicado na sentença, que bem se ajusta às particularidades do caso e em especial à condição econômica das partes, assim como aos fins da teoria do desestímulo.

Não há razão, porém, para se alterar a sentença no tocante ao regime de cálculo, eis que os juros haviam mesmo de ser contados desde a época do fato e a correção monetária desde a data em que foi fixado o valor da indenização, pontos resolvidos pelo artigo 398 da lei civil e pelas Súmulas STJ nºs 54 e 362.

No entanto, juros compostos eram mesmo indevidos, seja porque o artigo 1.544 do anterior Código Civil não foi recepcionado pelo atual Código Civil, vigente à época do acidente, seja porque aqui o réu nem praticou crime.

Assim, o recurso procede apenas no tocante aos pontos ora indicados, o que evidentemente não modifica a disciplina sobre as verbas de sucumbência.

Dá-se parcial provimento ao recurso.

**ARANTES THEODORO**

Relator